

Estudo Técnico Preliminar 17/2022

1. Informações Básicas

Número do processo: 23066.008065/2022-58

2. Informações Básicas Iniciais

Nos termos da Lei nº 12.527/2011 e em atendimento ao § 4º do art. 7º da Instrução Normativa nº 40/2020 SEGES/ME informamos que os presentes Estudos Técnicos Preliminares são parte integrante do Processo Administrativo nº 23066.008065/2022-58 e ficarão disponíveis aos interessados para consulta, assegurando-se assim o direito fundamental de acesso à informação em atendimento aos princípios básicos da administração pública.

Do mesmo modo, o procedimento licitatório será público, privilegiando-se a transparência e a publicidade, vez que não há necessidade de manter em sigilo a documentação de instrução do processo.

3. Descrição da necessidade

Consoante descrição e justificativa constantes no presente Estudo Técnico Preliminar, demonstra-se a necessidade de contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço continuado de apoio operacional, com dedicação exclusiva de mão de obra de auxiliar em saúde bucal, para atender às demandas da UFBA, tratando-se de atividade específica e não finalísticas, para execução de serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios aos assuntos que constituem área de competência legal dessa Instituição.

O serviço a ser contratado enquadra-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, c/c art. 9º da Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/MP, cuja execução indireta é vedada.

Com base no documento de formalização da demanda, a Equipe de Planejamento da Contratação, vinculada à Pró-Reitoria de Administração, elaborou o presente Estudo, conforme às diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa nº 40/2020 SEGES/ME.

O cargo pretendido na contratação em tela está extinto ou posto em extinção, na condição de ser extinto assim que vagar, atendendo assim o disposto no inciso IV, art. 3º, do Decreto nº 9.507/2018.

Ainda, conforme o § 1º, art. 3º, do Decreto nº 9.507/2018, os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

A Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/MP dispõe ainda que:

Art. 7º Nos termos da legislação, serão objeto de execução indireta as atividades previstas em Decreto que regulamenta a matéria.

§ 1º A Administração poderá contratar, mediante terceirização, as atividades dos cargos extintos ou em extinção, tais como os elencados na Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998.

§ 2º As funções elencadas nas contratações de prestação de serviços deverão observar a nomenclatura estabelecida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho, ou outra que vier a substituí-la.

Art. 8º Poderá ser admitida a contratação de serviço de apoio administrativo, considerando o disposto no inciso IV do art. 9º desta Instrução Normativa, com a descrição no contrato de prestação de serviços para cada função específica das tarefas principais e essenciais a serem executadas, admitindo-se pela Administração, em relação à pessoa encarregada da função, a notificação direta para a execução das tarefas.

Em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507/2018, a Portaria MPDG nº 443, de 27 de dezembro de 2018, estabelece:

Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

(...)

IV - atividades técnicas auxiliares de laboratório

(...)

Parágrafo único. Outras atividades que não estejam contempladas na presente lista poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018.

Destarte, faz-se necessário que o serviço de apoio operacional, com dedicação exclusiva de mão de obra de auxiliar em saúde bucal, seja prestado através de execução indireta.

Conforme descrito em seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022, a Universidade Federal da Bahia reconhece que a saúde é um “direito de todos e dever do Estado”, com a defesa da organização de um Sistema Único de Saúde (SUS), concretizado na Constituição de 1988 e na Lei nº 8.080 de 1990. A Universidade consolidou sua liderança como protagonista no processo de implantação e consolidação do SUS no âmbito científico, técnico e político. Nesse sentido, participou de conselhos estaduais e de administrações governamentais na área da saúde, em nível federal, estadual ou municipal, sempre mostrando como a pesquisa nesse campo se entrelaça estreitamente com a representação política e a gestão.

Posto isso, vale destacar a importante contribuição dada no âmbito do Sistema Único de Saúde que consiste no **atendimento odontológico para o SUS realizado pela Faculdade de Odontologia**, um serviço integrado às atividades de ensino de Graduação, que vem crescendo nos últimos anos. Por sua vez, no âmbito das análises clínicas, os laboratórios da Faculdade de Farmácia e do Instituto de Ciências da Saúde têm oferecido um amplo conjunto de exames clínicos que integram a rede de serviços públicos de saúde. Recentemente, a produção desses laboratórios aumentou expressivamente, em decorrência da participação em projetos especiais como o Rede Cegonha.

A UFBA entende sua responsabilidade social e conta com diversas Unidades responsáveis por ofertar serviços para a população baiana, especialmente no campo da saúde.

Nesse cenário, a terceirização em tela visa viabilizar a manutenção, com qualidade, dos atendimentos odontológicos no âmbito da Faculdade de odontologia.

Ademais, no período 2006/2016, houve um crescimento expressivo do número de serviços de saúde realizados na UFBA. Entre os serviços ofertados, destaque para o SMURB - Serviço Médico Universitário Rubens Brasil – que está dedicado ao atendimento de servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes, com equipe multidisciplinar.

Atualmente o SMURB conta com 07 Cirurgiões-Dentistas em jornada de 12h diárias, com previsão de início de atividades presenciais iminente, no entanto esta retomada tende a ser prejudicada devido ao quadro de pessoal auxiliar estar limitado, já que este cargo encontra-se extinto na UFBA. Este setor realiza em média 400 procedimentos mensais para a promoção da saúde, prevenção e tratamento de doenças bucais de estudantes carentes e em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O setor odontológico já contou, anos atrás, com 07 auxiliares de consultório, hoje em dia, dispõe de apenas 01 servidora auxiliar de 30 horas, o que se reflete num quantitativo insuficiente para assistir aos 07 Cirurgiões-Dentistas.

Diante do déficit desta categoria profissional no SMURB, fica evidente a importância da contratação pretendida.

Além disso, como se espera de uma Universidade, a produção de conhecimento científico e o desenvolvimento tecnológico dissemina-se entre todas as áreas do conhecimento, não se concentrando de forma excessiva em apenas alguns poucos domínios. É isto que torna a UFBA um dos mais importantes centros nacionais de produção científica no campo das artes, em diversos campos das humanidades, das ciências sociais aplicadas e **da saúde**, além das clássicas ciências exatas e biológicas.

Dessa forma, o objeto pretendido é fundamental para operacionalizar as atividades inerentes à Faculdade de Odontologia nos campos do ensino, pesquisa e extensão, pois envolve a contratação de auxiliares em saúde bucal que atuarão em todos os Ambulatórios, Laboratórios, Serviço de Urgência, Central de Material Esterilizado (C.M.E) e Centro Cirúrgico, este último em processo de finalização da reforma, desenvolvendo atividades essenciais, a exemplo da preparação de materiais e equipamentos de laboratório para auxiliar pesquisas e aulas sob a coordenação dos professores, técnicos e pesquisadores da Unidade.

Resumindo, a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço continuado de apoio operacional, com dedicação exclusiva de mão de obra de auxiliar em saúde bucal é essencial para dar suporte aos diversos serviços ofertados à comunidade pela Faculdade de Odontologia e pelo SMURB, além de contribuir de forma significativa para a manutenção de ensino de qualidade, uma vez que a formação de odontólogos inclui o estudo prático e experimental, tal qual as aulas práticas que integram as atividades curriculares correntes e que, para sua realização de forma satisfatória, necessita do apoio dos auxiliares em saúde bucal.

Tendo em vista tudo quanto exposto acima, trata-se, portanto, de atividade essencial que deve ser prestada de maneira contínua, estendendo-se assim por mais de um exercício financeiro, não devendo sofrer interrupções ou descontinuidade da prestação.

As normas que disciplinam o presente processo licitatório, encontram-se estabelecidas na Lei nº 8.666/1993 que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, a qual a UFBA (autarquia federal) está subordinada.

Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, **serviços**, compras e alienações **serão contratados mediante processo de licitação pública** que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Art. 2º e Art. 6º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993:

Art. 2º. As obras, **serviços**, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações **da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.**

Art. 6º. Para os fins desta Lei, considera-se:

(...)

II - Serviço - toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais;

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Faculdade de Odontologia - FOUFBA	Sônia Cristina Lima Chaves
Serviço Médico Universitário Rubens Brasil - SMURB	Luciana Boa Morte de Santana

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Por se tratar de contratação de serviço por postos de trabalho (alínea “c”, do subitem 10.6, da IN nº 05/2017), a empresa a ser contratada deverá comprovar, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado, por período não inferior a 03 (três) anos, admitindo-se a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, sendo aceito o somatório de atestados, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN nº 05/2017.

Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

Tendo em vista se tratar de contratação de serviço continuado com menos de 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que já executou contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação.

A execução do serviço deverá obedecer ao disposto na Lei nº 8.666/1993, na Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/MP e demais legislações pertinentes.

O enquadramento da categoria profissional que será empregada no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), considerando a disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, é o seguinte:

- CBO 3224-15 (Auxiliar em saúde bucal)

Os serviços deverão ser prestados de segunda a sexta, em jornada de trabalho específica de escala, com carga horária de 44h semanais e em conformidade com o horário de funcionamento da Faculdade de Odontologia e do SMURB, podendo a jornada estar compreendida no período das 07:00 às 22:00 horas, respeitando-se os limites legais, podendo ser adotado o critério do banco de horas, quando admitido pela legislação, de modo a alcançar o cumprimento da carga horária prevista.

A Contratada deverá fornecer mensalmente ao fiscal técnico do contrato a escala de serviço, constando a relação nominal dos trabalhadores.

Caso o horário de expediente da Faculdade de Odontologia ou do SMURB seja alterado por determinação legal ou imposição de circunstâncias supervenientes, deverá ser promovida a respectiva adequação nos horários da prestação do serviço para atendimento da nova situação.

O serviço será prestado nas dependências da Faculdade de Odontologia e do SMURB, conforme alocação do colaborador.

Os profissionais alocados na prestação do serviço deverão atender aos requisitos mínimos exigidos a seguir:

- Possuir, no mínimo, formação profissional técnica em nível médio em áreas afins, com experiência de, pelo menos, 06 meses, devidamente comprovada na carteira de trabalho.
- Estar registrado no Conselho Federal de Odontologia e inscrito no Conselho Regional de Odontologia, conforme legislação vigente.
- Descrição das atividades:
 1. Auxiliar nos trabalhos desenvolvidos nos laboratórios e/ou instalações de apoio ao ensino, pesquisa e extensão da Faculdade de Odontologia, envolvendo a preparação de materiais e equipamentos, relativos aos procedimentos, sob orientação;
 2. Auxiliar nos trabalhos desenvolvidos nos Ambulatórios, Laboratórios, Serviço de Urgência, Central de Material Esterilizado (C.M.E) e Centro Cirúrgico da Faculdade de Odontologia, conforme alocação do colaborador.
 3. Auxiliar os cirurgiões-dentistas do SMURB nos procedimentos realizados para a promoção da saúde, prevenção e tratamento de doenças bucais, conforme alocação do colaborador;
 4. Executar outras tarefas correlatas, compatíveis com as atividades do cargo, tais como as elencadas no Art. 9º, da Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008, que regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal - TSB e de Auxiliar em Saúde Bucal – ASB;
 5. Trabalhar devidamente uniformizado, utilizando de forma adequada os EPI's fornecidos pela empresa.

*As rotinas de trabalho, distribuição de pessoal e os horários das escalas de serviços serão definidos pela Contratada, considerando-se, sempre, as necessidades dos setores requisitantes.

A Contratada deverá registrar e controlar diariamente a frequência e a pontualidade de seu pessoal conforme artigo 74, § 2º da Consolidação das Leis Trabalhistas, preferencialmente através da implantação do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP ou tecnologia equivalente. O controle e a fiscalização devem seguir a Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministério do Trabalho e Emprego, assim como permitir o acesso da fiscalização da Contratante a todo registro de controle diário.

Devido à natureza do serviço e conforme a Norma Regulamentadora do MTE 15 E 16 da Portaria MTb nº 3.214, de 08 de junho de 1978, é assegurado aos trabalhadores a percepção de adicional de insalubridade de 20%.

Contratada deverá ainda:

- a. 1. Realizar, às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão como anualmente durante a vigência do contrato de trabalho de seus empregados, além dos exames médicos rotineiros exigidos, os exames de AgHBS, anti-HBS, anti-HBC e RX do tórax, mantendo os respectivos comprovantes à disposição para verificação pelo fiscal/gestor do contrato;
- b. 2. Observar, em todos os locais de trabalho, o disposto no Capítulo V - DA SEGURANÇA E DA MEDICINA DO TRABALHO, da Consolidação das Leis do Trabalho, sem prejuízo do cumprimento de outras disposições que, com relação à matéria, sejam incluídas em códigos de obras ou regulamentos sanitários dos Estados ou Municípios em que se situem os respectivos estabelecimentos, bem como daquelas oriundas de convenções coletivas de trabalho;
- c. 3. Apresentar, antes do início dos serviços, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, em consonância com o PPRA, contendo o nome e cópia do certificado de habilitação do Médico do Trabalho, empregado ou não da empresa, responsável pelo PCMSO. O Coordenador do PCMSO deve definir os exames médicos ocupacionais que garantam a integridade da saúde do trabalhador, considerando o local e as atividades laborais;
- d. 4. Apresentar a Contratante os exames médicos (ASO – Atestado de Saúde Ocupacional) de todos os funcionários;

*A Contratante reserva-se o direito de fazer outras exigências relacionadas a área de Medicina e Segurança do Trabalho, sempre que julgar necessário à proteção das pessoas, do patrimônio e do meio ambiente

Ademais, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

No mais, a Contratada deverá atender a todos os normativos legais vinculados ao serviço.

6. Levantamento de Mercado

A fim de encontrar a melhor solução para atender à necessidade da Creche UFBA, buscou-se no mercado contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, em especial, por outras universidades e institutos federais, levando em conta os aspectos de eficácia, eficiência e economicidade.

Como alternativa de solução, encontrou-se as contratações realizadas pela Universidade Federal do Piauí, Pregão Eletrônico nº 16/2021 (Processo nº 23111.043112/2020-39), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Pregão Eletrônico nº 02/2021 (Processo nº 23334.250889/2021-31), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Pregão Eletrônico nº 04/2021 (Processo nº 23260.001689/2020-86), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Pregão Eletrônico nº 11/2021 (Processo nº 23231.000305/2020-55), Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Pregão Eletrônico nº 39/2021 (Processo nº TJ-ADM-2021/22344), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Pregão Eletrônico nº 01/2020 (Processo nº 23139.000171.2020-21) e Universidade Federal de Sergipe, Pregão Eletrônico nº 58/2019 (Processo nº 23113.039420/2019-22). Documentos seguem em anexo a este Estudo.

Esses pregões abarcam a contratação de serviços de apoio operacional, com dedicação exclusiva de mão de obra de auxiliar em saúde bucal, para atender às necessidades específicas das Instituições, de maneira semelhante ao que se pretende com a contratação ora em voga.

Destarte, fica evidente que esse tipo de contratação de apoio operacional é uma solução frequentemente utilizada no mercado, em especial, por instituições federais, conforme é possível inferir a partir das licitações citadas acima.

Considerando o cenário brasileiro no que tange às empresas fornecedoras de mão de obra terceirizada, tem-se que há total domínio do mercado sobre o objeto a ser contratado, vez que existem inúmeras empresas, em nível nacional, regional e estadual, disponíveis, a qualquer tempo, para atendimento desse tipo de demanda. Tal fato, por si só, confere a possibilidade de ampla participação na licitação de empresas especializadas, favorecendo a competitividade do certame e a seleção da proposta mais vantajosa.

À vista disso, após avaliação do objeto, análise dos requisitos da contratação e levantamento de mercado, restou demonstrado que a escolha do tipo de solução a contratar (pessoa jurídica especializada na prestação de serviço continuado de apoio operacional, com dedicação exclusiva de mão de obra de auxiliar em saúde bucal, para atender às demandas da UFBA) é viável, promove a competição, satisfaz os requisitos definidos e atende aos aspectos de economicidade, eficácia e eficiência, sendo, portanto, uma solução adequada para propiciar o atingimento dos objetivos estabelecidos.

7. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo abrange a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço continuado de apoio operacional, com dedicação exclusiva de mão de obra de auxiliar em saúde bucal, para atender às demandas da UFBA.

A contratação pretendida tem caráter continuado e é essencial, conforme já exposto no tópico “Descrição da Necessidade da Contratação”.

O serviço pretendido enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 10.024, de 2019, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

A contratação será realizada por meio de pregão eletrônico, com apenas 01 (um) item.

Considerando as orientações da AGU, nas notas explicativas do modelo de Termo de Referência, e do TCU, nos Acórdãos nº 1978/2013 – Plenário e nº 1977/2013 – Plenário, a presente contratação adotará o regime de execução de empreitada por preço global, tendo em vista a eficiência na gestão contratual, bem como o fato de ser possível estimar, com adequado nível de precisão, as especificações e quantitativos do serviço, que não está atrelado a um alto nível de complexidade para sua execução.

O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/1993 e desde que atendidas as exigências que forem contratualmente estabelecidas.

A solução proposta se justifica devido ao total domínio do mercado sobre o objeto a ser contratado, o que confere a possibilidade de ampla participação de diversas empresas em âmbito nacional, favorecendo a competitividade do certame e a contratação do serviço pela proposta mais vantajosa.

Ademais, durante a etapa de levantamento de mercado, observou-se que a contratação de serviço continuado de apoio operacional, com dedicação exclusiva de mão de obra de auxiliar em saúde bucal, já é uma solução comumente utilizada pelos órgãos públicos, conforme constatado nos pregões analisados (documentos em anexo).

Por fim, a solução proposta atende de forma satisfatória a demanda dos setores requisitantes, que necessitam do apoio da mão de obra a ser contratada para continuar fornecendo seus serviços de maneira adequada à comunidade.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para consolidação da demanda, foram utilizadas as informações contidas nos ofícios enviados pelas Faculdade de Odontologia e do SMURB no qual estes especificaram suas necessidades e quantitativo, tendo como base, para o dimensionamento de pessoal necessário, os horários de funcionamento, a capacidade de atendimento por turno e as necessidades específicas de cada setor requisitante para manter a rotina e a qualidade dos serviços prestados.

A faculdade de Odontologia terá o serviço prestado em todos os seus Ambulatórios, Laboratórios, Serviço de Urgência, Central de Material Esterilizado (C.M.E) e Centro Cirúrgico, este último em processo de finalização da reforma.

Atualmente o SMURB tem capacidade de realizar, em média, 400 procedimentos mensais, para a promoção da saúde, prevenção e tratamento de doenças bucais de estudantes carentes e em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Para manter esses atendimentos é fundamental o apoio dos auxiliares em saúde bucal.

Tendo em vista tudo quanto exposto acima, a prestação do serviço será realizada por postos de trabalho distribuídos nas dependências da Faculdade de Odontologia e do SMURB, conforme tabela a seguir:

CARGO	LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE ESTIMADA
Auxiliar em Saúde Bucal	Faculdade de Odontologia	15
	SMURB	2
TOTAL DE POSTOS		17

Tais quantidades são estimadas e não poderão ser exigidas nem consideradas como parâmetro para pagamento mínimo e poderão sofrer acréscimos ou supressões, conforme §§1º e 2º, do art. 65, da Lei nº 8.666/1993, sem que isso justifique motivo para qualquer indenização à Contratada.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 948.255,24

A Instrução Normativa nº 40/2020 SEGES/ME, no art. 7º, inciso VI, estabelece que os Estudos Técnicos Preliminares devem conter obrigatoriamente as estimativas do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais.

Para a presente estimativa do valor da contratação foi observado o que estabelece o anexo V, item 2.9, alínea b, da Instrução Normativa nº 05/2017, que dispõe:

“2.9 Estimativa de preços e preços referenciais: (...)

b) No caso de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o custo estimado da contratação deve contemplar o valor máximo global e mensal estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, definidos da seguinte forma:

b.1. por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, observados os custos dos itens referentes ao serviço, podendo ser motivadamente dispensada naquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável ou desnecessário o detalhamento dos custos para aferição da exequibilidade dos preços praticados;

b.2. por meio de fundamentada pesquisa dos preços praticados no mercado em contratações similares; ou ainda por meio da adoção de valores constantes de indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes, se for o caso; e

b.3. previsão de regras claras quanto à composição dos custos que impactem no valor global das propostas das licitantes, principalmente no que se refere a regras de depreciação de equipamentos a serem utilizados no serviço.”

Dessa forma, considerando a ordem de prioridade estabelecida na referida Instrução, a metodologia utilizada para estimar os valores dos postos de auxiliar em saúde bucal foi o autopreenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, com base nas orientações legais constantes na Instrução Normativa nº 05/2017 - SEGES/MP, na legislação pertinente em vigor e considerando os parâmetros estabelecidos pela convenção coletiva de trabalho em vigência no município de Salvador/BA, a saber: Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação da Bahia (SEAC) e Sindicato dos Trabalhadores de Limpeza Urbana e de Asseio e Conservação do Município de Salvador (SINTRAL).

Conforme indicado, foi apurado que o valor total estimado da contratação é de R\$ 948.255,24 (novecentos e quarenta e oito mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e vinte e quatro centavos), conforme tabela detalhada abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ POSTO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	PROFISSIONAL POR MÊS	QUANT. POR ANO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO DO POSTO	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR ANUAL ESTIMADO (12 MESES)
1	Auxiliar em Saúde Bucal	2504-6	Un.	17	204	R\$ 4.648,31	R\$ 79.021,27	R\$ 948.255,24
TOTAIS ESTIMADOS		-	-	17	204	-	R\$ 79.021,27	R\$ 948.255,24

O detalhamento da composição do valor unitário estimado do posto consta do documento “ANÁLISE CRÍTICA DA ESTIMATIVA DE PREÇOS REFERENCIAIS” e da Planilha de Custos e Formação de Preços, ambos anexos aos autos desse processo administrativo.

As estimativas preliminares dos valores do item, feitas com base no preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, no intuito de apoiar a análise de viabilidade da contratação, em especial, com respeito à relação de custo-benefício, podem ser devidamente refinadas e/ou complementadas nas etapas posteriores, se houver necessidade.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Como justificativa para a contratação, observa-se que, para atendimento da necessidade, foi constituído apenas 01 (um) item, tendo em vista a economia de escala e a viabilidade técnica e econômica, bem como o fato do item englobar a contratação de apenas um cargo e apresentar uma única solução, a saber: apoio operacional à Faculdade de Odontologia e ao SMURB.

Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

No entanto, a contratação em tela vislumbra um único serviço, sem subdivisões, de forma que a contratação em apenas 01 (um) item atende perfeitamente o princípio da competitividade, com o adequado aproveitamento do mercado. Dessa forma, não é viável e produtora para a Administração Pública o parcelamento do objeto a ser contratado.

Esta Administração esclarece e justifica suas razões para promover a adjudicação em apenas 01 (um) item:

- a. 1. A contratação do serviço em apenas 01 (um) item se destina a promover maior eficiência e eficácia na gestão e na fiscalização contratual, além de propiciar economia de escala, uma vez que a totalidade do serviço poderá ser demandada a um mesmo fornecedor, favorecendo a redução de preços e o desenvolvimento das atividades, atendendo a economicidade e eficiência do serviço a ser prestado;
- b. 1. O não parcelamento da solução em lotes dá-se em vista da possibilidade de ocorrência de prejuízos à Administração Pública em face dos riscos inerentes à própria execução e de prejuízos para o serviço demandado, pois, o objeto intentado, se executado por vários contratados, poderá não ser integralmente ou satisfatoriamente prestado;
- c. 1. A justificativa para amparar o não parcelamento do objeto, possui subsídio por ser evidente a perda da economia de escala e a divisão do objeto não será técnica e economicamente viável (Súmula 247 do TCU). Doutro modo, o não parcelamento do objeto promoverá um melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade;
- d. 1. Conforme orientação do Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 1214/2013-Plenário: “deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática;”;
- e. 1. Quanto à eficiência do serviço a ser prestado, cumpre informar que a divisão em lotes poderia provocar prejuízos à gestão e execução do serviço, em detrimento da avaliação do cumprimento das exigências contratuais e também da fiscalização técnica e administrativa do serviço;
- f. 1. Foi escolhido a contratação do serviço em apenas 01 (um) item de maneira a tornar a contratação técnica e economicamente viável.

O objeto pretendido, se dividido em lotes, poderia resultar em perda da economia de escala, de forma que o parcelamento da solução não favoreceria a redução de preços e não atenderia a economicidade e a eficiência daquilo que será contratado. Não haveria, portanto, em tese, uma contratação menos onerosa para a Administração em face da divisão do objeto.

Restando evidente a pertinência do não parcelamento da solução, tendo em vista que a contratação pretendida busca lidar com um único fornecedor para a prestação do serviço, o que diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação e aumenta a eficiência administrativa desta Instituição, que busca a otimização do gerenciamento de seus contratos (Acórdão 861/2013-Plenário do TCU).

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Esta contratação irá substituir o Contrato Administrativo nº 33/2017, oriundo do Pregão Eletrônico nº 34/2015, Processo Administrativo nº 23066.012734/2017-29, que terminará em 02 de maio de 2022. Assim, a data prevista para o início da prestação do serviço é 03 de maio de 2022.

Ressalta-se que, apesar do contrato vigente com o objeto semelhante, não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

Doutro modo, não se verifica a necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Para a elaboração deste Estudo Preliminar, observou-se o Contrato Administrativo nº 33/2017, oriundo do Pregão Eletrônico nº 34/2015, Processo Administrativo nº 23066.012734/2017-29, que tem objeto semelhante e está atualmente em vigor.

Conforme disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022 da UFBA, a Universidade reconhece a saúde como um “direito de todos e dever do Estado” com a defesa da organização de um Sistema Único de Saúde (SUS), concretizado na Constituição de 1988 e na Lei nº 8.080 de 1990.

Esse mesmo PDI pontua ainda, em seu “OBJETIVO ESTRATÉGICO 3”, o propósito de “aprofundar os impactos sociais das atividades de ensino e pesquisa através de experiências extensionistas, modo privilegiado de cumprimento da dimensão pública da Universidade e da formação universitária socialmente referenciada” e destaca em seu “OBJETIVO ESTRATÉGICO 8” a necessidade de “assegurar uma efetiva gestão estratégica de pessoas, visando à valorização do trabalhador e à qualidade dos serviços prestados”.

Considerando a relevância dos serviços prestados à comunidade na formação de alunos e produção de conhecimento, a exemplo das ações de atenção à saúde.

Considerando o objetivo de qualificar as atividades de extensão voltadas para o atendimento a segmentos vulneráveis da população, usuários dos diversos serviços prestados pela Universidade, aprofundando a articulação entre formação discente, pesquisa e prestação de serviços públicos.

Fica evidente que a contratação, ora em voga, alinha-se ao Planejamento Estratégico da Universidade, buscando atender ao Plano de Desenvolvimento Institucional, na medida em que é fundamental para operacionalizar as atividades práticas da Faculdade de Odontologia nos campos do ensino, pesquisa e extensão, atreladas à prestação de serviços públicos.

Considerando o papel social da Universidade, apontado diversas vezes em seu PDI, e o impacto social das suas ações e serviços prestados à comunidade.

Considerando ainda as questões relativas à qualidade de vida e ao cuidado com a saúde como forma de acolhimento da comunidade estudantil em situação de vulnerabilidade socioeconômica

Fica claro a consonância entre o objeto pretendido e os objetivos pontuados no PDI 2018-2022 da UFBA, visto que a contratação dará suporte aos serviços prestados pela Faculdade de Odontologia e pelo Setor de Odontologia do SMURB, fortalecendo assim as ações voltadas à atenção à saúde.

Além disso, o serviço a ser contratado está contemplado no Plano Anual de Contratações (PAC) da UFBA e foi registrado no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), para o exercício de 2022, em atendimento à Instrução Normativa nº 01/2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, aplicável por força do art. 2º da referida Instrução.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Considerando que o serviço continuado de apoio operacional, com dedicação exclusiva de mão de obra de auxiliar em saúde bucal é fundamental para manutenção dos atendimentos odontológicos oferecidos à comunidade pela Faculdade de Odontologia e pelo Setor Odontológico do SMURB, tem-se, como benefício direto a ser alcançado com esta contratação, o fornecimento adequado desses serviços, bem como a operacionalização das atividades inerentes à Faculdade de Odontologia nos campos do ensino, pesquisa e extensão.

14. Providências a serem Adotadas

O ambiente da Faculdade de Odontologia e do SMURB já se encontram adequados para que o serviço ora pretendido seja prestado de forma satisfatória, não havendo necessidade de modificações ou tomada de providências para que a solução a ser contratada surta seus efeitos.

Ademais, a Coordenação de Gestão Administrativa (CGA), vinculada à Pró-Reitoria de Administração da UFBA (PROAD), será responsável pelo acompanhamento do contrato administrativo oriundo da contratação pretendida e já conta com uma equipe de gestão e fiscalização de contratos.

Considerando que o acompanhamento do contrato proveniente dessa contratação não necessita de qualificação especial, além das que já são habitualmente desejáveis e esperadas dos servidores investidos nas funções de gestores e fiscais de contratos, não será necessária nenhuma capacitação específica, bastando que a equipe de fiscalização se mantenha sempre atualizada quanto às legislações que regem a matéria.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Tendo sido observado o Decreto nº 7.746/2012, avaliado e consultado o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis e a IN nº 01/2010 SLTI /MPOG, por não haver, de forma direta, o fornecimento de materiais, tecnologias e matérias-primas não foram encontradas práticas e critérios de sustentabilidade aplicáveis diretamente ao objeto que se pretende contratar.

Contudo, tendo em vista que o serviço será prestado com fornecimento de mão de obra que ficará alocada nas instalações da Universidade, em observância ao inciso V, do art. 6º, da IN nº 01/2010 SLTI /MPOG, a Contratada deverá orientar seus empregados, inclusive através de programa interno de treinamento, a reduzirem o consumo de energia elétrica e de água e diminuírem a produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes. Deve ainda treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição.

Além disso, os empregados da contratada devem realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Unidade. Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva, os resíduos orgânicos devem ser separados para compostagem e os resíduos de materiais provenientes da execução do serviço devem ser descartados de forma apropriada.

Os empregados da contratada deverão atender as boas práticas para o processamento de produtos de saúde e a destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde, quando aplicável.

Os empregados da contratada deverão ainda colaborar com as medidas de redução do consumo e uso racional de água, de energia elétrica, de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente, atuando também como facilitadores das mudanças de comportamento esperadas com estas medidas, com o intuito de mitigar quaisquer impactos ambientais decorrentes da utilização de recursos naturais, sempre primando pelo uso consciente e evitando desperdícios. Os recursos naturais devem ser utilizados de forma otimizada e eficiente.

A contratada deverá observar e zelar pela proteção à segurança e à saúde dos seus empregados alocados em serviços de saúde e daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Esta Equipe de Planejamento declara, consoante determina o inciso XIII, do art. 7º, da IN nº 40/2020 SEGES/ME, que a contratação pretendida é viável, conforme demonstram os presentes estudos técnicos preliminares, os quais evidenciaram que a proposta de solução, ou seja, contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço continuado de apoio operacional, com dedicação exclusiva de mão de obra de auxiliar em saúde bucal, para atender às demandas da UFBA, mostra-se razoável e possível tecnicamente, além de ser fundamental para manutenção dos atendimentos odontológicos e serviços oferecidos à comunidade pela Faculdade de Odontologia e pelo Setor Odontológico do SMURB.

17. Responsáveis

PORTARIA Nº 11 - PROAD, DE 16 DE MARÇO DE 2022 Dispõe sobre a designação de servidores para compor equipe para elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares -ETP

RODRIGO DIEGO FERREIRA SARACENO

Coordenador de Gestão Administrativa

PORTARIA Nº 11 - PROAD, DE 16 DE MARÇO DE 2022 Dispõe sobre a designação de servidores para compor equipe para elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares -ETP

ALMIRA MARIA SANTOS DO ROSÁRIO

Auxiliar de Enfermagem

PORTARIA Nº 11 - PROAD, DE 16 DE MARÇO DE 2022 Dispõe sobre a designação de servidores para compor equipe para elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares -ETP

ALINE SOARES WAINBERGER

Assistente em Administração